



GERÊNCIA DE TRABALHO E RENDA



SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

## TERMO DE REFERÊNCIA

### **FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO E DO COOPERATIVISMO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: FORMAÇÃO PARA A AUTOGESTÃO E ASSESSORIA TÉCNICA**

**Brasília**

**2010**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO E DO COOPERATIVISMO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: FORMAÇÃO PARA A AUTOGESTÃO E ASSESSORIA TÉCNICA**

A Fundação Banco no Brasil, no âmbito do Convênio 003/2007 MTE/SENAES - FBB, observando as disposições do art. 116 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº. 12.017, de 12 de agosto de 2009, da IN STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, torna pública o Termo de Referência para apresentação de projetos, conforme parâmetros definidos neste instrumento. As propostas serão protocoladas em horário comercial na FBB ou enviadas por via postal (SEDEX) até o dia 27.09.2010.

#### **1. OBJETO**

**1.1** - O objeto deste Termo de Referência é a promoção de ações de formação e assessoria técnica para o setor da reciclagem dos resíduos sólidos, visando o fortalecimento das organizações sociais e produtivas dos catadores de materiais recicláveis, das suas formas de autogestão e dos empreendimentos econômicos solidários.

**1.2 - Objetivos específicos:** São objetivos específicos deste Termo de Referência:

- a) Realizar processos articulados de formação social, profissional, política e cultural dos catadores de materiais recicláveis organizados coletivamente, desde o plano local/comunitário até as esferas estaduais, regionais e nacional;
- b) Disponibilizar assessoria técnica para os empreendimentos autogestionários dos catadores visando a formalização dos empreendimentos e a melhoria das condições de trabalho e de renda;
- c) Estimular a formação de Redes de Cooperação entre os Empreendimentos Econômicos Solidários existentes e reconhecidamente em processo de autogestão pelos trabalhadores, bem como articular cadeias produtivas solidárias da reciclagem; e

- d) Identificar, registrar e apoiar o desenvolvimento de tecnologias sociais apropriadas às formas de organização coletivas dos catadores de materiais reciclados.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Na Economia Solidária encontramos milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho e buscando sua emancipação. São projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção–consumo–comercialização, instituições de finanças solidárias, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outras.

Dentre os setores vem se estruturando no Brasil em bases coletivas e solidárias, o constituído pelos Catadores de Materiais Recicláveis projetou-se, na última década, em todo o território nacional apresentando crescente capacidade de mobilização e organização, tanto no que diz respeito à esfera produtiva como no cenário político-institucional.

É crescente, neste sentido, o número de associações e cooperativas de catadores criadas em todos os estados da federação, boa parte dessas articuladas pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR), bem como são cada vez mais presentes as ações e políticas públicas de apoio e fomento a esse setor produtivo, em diversas áreas e níveis de governo.

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) mapeou, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), entre 2005 e 2007, cerca de 22.000 Empreendimentos Econômico Solidários (EES) em 2.934 municípios brasileiros. Sobre o segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis, o SIES registra em sua base de dados a existência de 386 empreendimentos econômicos solidários que atuam no setor de serviços de coleta e reciclagem de materiais (1,7%).

Cabe lembrar que a pesquisa de campo foi realizada no início de 2007, o que nos permite sugerir, com alguma segurança, que o número de empreendimentos do segmento dos catadores já é bastante superior aos dados já mapeados. Não obstante, o processo de mapeamento e o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) fornecem referenciais importantes para o delineamento das políticas públicas, tanto para Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), quanto para outros órgãos de governo. Ao mesmo tempo, os resultados do mapeamento revelam o quanto tem crescido no país, nos últimos anos, o conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores/as sob a forma de autogestão. Com a realização de nova fase do mapeamento em 2009, a base de dados será atualizada e ampliada.

Quanto à configuração da organização social e produtiva dos catadores, dos 386 empreendimentos constantes da base do SIES, 52% são constituídos por grupos informais, 28,4% apresentam a forma associativa e 16,8% já alcançaram a forma cooperativada. Além da persistência da organização informal dos catadores, a precariedade da atividade revela-se igualmente no critério remuneração, uma vez que, em 85% dos empreendimentos, o valor médio da remuneração não alcança um salário mínimo. Por fim, importa registrar para essa configuração muito geral que a categoria dos catadores é predominantemente feminina, sendo 59% as trabalhadoras associadas ou cooperativadas neste campo de práticas econômicas, sociais, políticas e ambientais.

O intenso crescimento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil e, em particular, do segmento organizado dos catadores de materiais recicláveis (77,4% dos empreendimentos mapeados foram criados entre 2000 e 2007) exige respostas adequadas e permanentes às suas necessidades de formação e assistência técnica, acesso a crédito, capital, instrumentos de comercialização para os produtos, arquitetura institucional adequada etc.

Por intermédio do processo de mapeamento da economia solidária, pode-se perceber que os trabalhadores da economia solidária se deparam no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão das suas iniciativas coletivas, desde a necessária busca da sustentabilidade e viabilidade dos atividades econômicas que realizam. ‘

Na perspectiva do direito ao trabalho associado, a política de apoio e fomento ao segmento dos catadores ao exige a combinação de esforços em múltiplas direções, desde o acesso a linhas de crédito adequadas, assistência técnica, formação para a autogestão e fortalecimento institucional do associativismo e do cooperativismo na cadeia produtiva da reciclagem.

Neste sentido, as ações de formação e assistência técnica para o segmento dos catadores de materiais recicláveis, dado o processo de precarização que atravessa a história de vida e de trabalho dos seus participantes, devem fortalecer o potencial de inclusão social e de sustentabilidade das suas organizações produtivas, bem como a dimensão autonomizadora e emancipatória para os trabalhadores e trabalhadoras.

No âmbito do esforço intersetorial do Governo Federal para o fortalecimento das organizações produtivas dos catadores de materiais recicláveis, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, firmou parceria com a Fundação Banco do Brasil (Convênio SENAES nº 003/2007 – FBB), instituição que também desenvolve inúmeras ações voltadas para este setor, a fim de realizarem conjuntamente ações

de apoio e fomento aos catadores/as de materiais recicláveis. Tal projeto foi batizado, no curso das suas ações iniciais, de Projeto Cataforte.

As atividades previstas neste Termo de Referência estão em consonância com as demais ações governamentais voltadas para o apoio e fomento ao segmento dos catadores de materiais recicláveis. O esforço inicial, desde modo, é o de contribuir para a articulação das políticas públicas existentes voltadas para o reconhecimento, apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários oriundos da organização dos trabalhadores/as do setor, visando a ampliação dos direitos sociais dos catadores de materiais recicláveis.

O presente Termo de Referência, e seus Anexos, estabelecem as diretrizes gerais para a execução de ações de formação e assistência técnica para a estruturação de unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis, em 06 (seis) Unidades da Federação (AM, DF, MS, AL, RN e PE), como complementar ao Termo de Referência lançado em abril de 2009, que previa inicialmente a execução de ações de formação e assessoria técnica para 19 (dezenove) Unidades da Federação.

### **3. ELEGIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES**

**3.1 -** Poderão participar deste Termo de Referência as instituições privadas sem fins lucrativos e as Fundações de Apoio ao ensino, pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior e das Instituições com Educação Superior, que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que atendam aos seguintes critérios de elegibilidade:

- a) possuir no mínimo 3 (três) anos de existência legal; e
- b) ter objetivo regimental ou estatutário a realização de estudos, diagnósticos, formação e assessoramento técnico.

**3.2 – Condições de participação.** As instituições proponentes devem atender aos seguintes requisitos:

- a) fornecer declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, inclusive no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitida no ano de 2010 por três autoridades locais;
- b) fornecer comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;
- c) não ter como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em

linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, conforme o art. 6º, inciso II, da Port. 127, de 2008;

- d) não estar em mora, inadimplente com outros convênios ou contratos de repasse celebrados com órgãos ou entidades da Administração pública Federal, ou irregular em qualquer das exigências da Portaria nº 127, de 2008; e
- e) ter objeto social que se relacione às características do programa e dispor de condições técnicas para executar o contrato ou convênio, conforme o art. 6º, inciso VII, da Port. 127, de 2008.

## **4. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA**

### **4.1 - Da modalidade de ação:**

Para a consecução dos objetivos acima delineados, o presente Termo de Referência estabelece operacionalmente a seguinte modalidade de ação: processos sistemáticos de formação/qualificação social e profissional junto a 1.600 (um mil e seiscentos) catadores/as de materiais recicláveis, referenciados pelos Empreendimentos Econômicos Solidários dos quais participam, bem como a disponibilização de assessoria técnica específica para o fortalecimento das formas de organização social, produtiva e autogestionária das suas organizações econômicas e sociais.

### **4.2 - Da abrangência geográfica das propostas:**

As atividades formativas e de assessoramento técnico serão implantadas em 06 Unidades da Federação, sendo aprovada uma proposta para cada Unidade da Federação, com a seguinte distribuição e demanda:

Nº	Região	Estado	Educandos
1.	Centro-Oeste	Distrito Federal	400
2.	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	250
3.	Nordeste	Rio Grande do Norte	250
4.	Nordeste	Pernambuco	250
5.	Nordeste	Alagoas	250
6.	Norte	Amazonas	200
Total			<b>1.600</b>

### **4.3 – Dos aspectos formais das propostas.**

As propostas deverão conter os seguintes elementos obrigatórios:

- I - descrição do objeto a ser executado;
- II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a

proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;

III - estimativa dos recursos financeiros, discriminando os produtos a serem entregues e o repasse a ser realizado pela contratante, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em Lei;

IV - previsão de prazo para a execução; e

V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto.

**4.4 - Dos aspectos metodológicos das propostas:** as propostas deverão conter a descrição das metas, atividades, metodologia e cronograma de execução, considerando os objetivos específicos do item 1.2 deste Termo de Referência, e as demais orientações metodológicas e de conteúdo das Especificações Complementares, em Anexo I.

## **5. RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS**

Para a execução das ações previstas nesse Termo de Referência, a Fundação Banco do Brasil, no âmbito do Convênio 03/2007 MTE/SENAES-FBB, firmará Termos de Contrato ou Convênios com as instituições selecionadas considerando as condições a seguir especificadas.

**5.1 – Recursos disponíveis:** No âmbito desse Termo de Referência serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor de até R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), originários do Convênio 03/2007 MTE/SENAES-FBB.

**5.2 – Valores de referência:** Os valores foram previamente especificados e detalhados para cada Unidade da Federação:

Nº	Estado	Meta	Formação	Assessoria Técnica	TOTAL
1	Distrito Federal	400	R\$ 242.240,00	R\$ 229.460,00	<b>R\$ 471.700,00</b>
2	Mato Grosso do Sul	250	R\$ 151.400,00	R\$ 143.412,50	<b>R\$ 294.812,50</b>
3	Rio Grande do Norte	250	R\$ 151.400,00	R\$ 143.412,50	<b>R\$ 294.812,50</b>
4	Pernambuco	250	R\$ 151.400,00	R\$ 143.412,50	<b>R\$ 294.812,50</b>
5	Alagoas	250	R\$ 151.400,00	R\$ 143.412,50	<b>R\$ 294.812,50</b>
6	Amazonas	200	R\$ 121.120,00	R\$ 114.730,00	<b>R\$ 235.850,00</b>
<b>Total</b>		<b>1600</b>	<b>R\$ 968.960,00</b>	<b>R\$ 917.840,00</b>	<b>R\$ 1.886.800,00</b>

**5.3 – Despesas financiáveis:** nas propostas a serem apresentadas no âmbito deste Termo de Referência, poderão ser previstas despesas qualificadas como de custeio: material de consumo

(inclusive material didático); serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica); serviços de consultoria; passagens e despesas com locomoção; diárias; e outros itens considerados como custeio pela lei orçamentária.

- a) As despesas deverão ser detalhadas de forma clara e objetiva, informando o valor unitário e o montante geral de cada item relacionado às metas e respectivas etapas, de acordo com as diretrizes orçamentárias constantes no Anexo I deste Termo de Referência;
- b) No que se refere a pagamento de diárias para membros da equipe técnica e/ou beneficiários da proposta, os valores máximos a serem concedidos devem observar o disposto no Decreto nº 5.992 de 19/12/2006 e Decreto nº 5.554, de 04/10/2005 e alterações;
- c) As instituições selecionadas na presente Termo de Referência poderão contratar equipes com a atribuição de coordenação político-pedagógica, apoio técnico, instrutores/formadores e assessorias técnicas, conforme descrição a seguir:
  - i. Assessoria Pedagógica (01 pessoa): com atribuições relativas à formulação, execução e acompanhamento dos processos formativos estaduais, na execução de metas nas atividades de formação em consonância com as ações de assistência técnica;
  - ii. Apoio técnico (01 pessoa): assume atividades técnicas, conforme as necessidades da execução das ações; e
  - iii. Instrutores/Formadores e Assessorias Técnicas: que realizam as atividades formativas, planejam e acompanham as atividades complementares, promovem a assessoria técnica aos empreendimentos e elaboram a sistematização desse processo.

**5.4 – Despesas não financiáveis.** Não poderão ser financiadas com recursos repassados pelo Ministério do Trabalho e Emprego:

- a) Despesas de capital;
- b) Despesas caracterizadas como de subvenção ou de doação a pessoa física, tais como: pagamento de bolsas, cestas básicas etc.;
- c) Despesas com pagamento de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa;
- d) Despesas com serviços de consultoria ou assistência técnica pagos a militar, servidores públicos da ativa ou empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista;



- e) Despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;
- f) Compras de ações, debêntures ou outros valores mobiliários;
- g) Despesas com financiamento de dívida;
- h) Despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- i) Despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que não contenham nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou pessoas, servidores ou não, das instituições proponentes.

**5.5 – Das parcelas do desembolso.** Os pagamentos serão realizados posteriormente à realização, entrega e comprovação da execução dos produtos que forem contratados pela Fundação Banco do Brasil, no âmbito do Convênio 03/2007 MTE/SENAES-FBB, conforme especificações no respectivo Termo de Contratação.

## **6. CONTRAPARTIDA**

A contrapartida prevista em lei foi previamente oferecida pela Fundação Banco do Brasil, no âmbito do Convênio 03/2007 MTE/SENAES-FBB.

## **7. PROCEDIMENTOS DE ENVIO DAS PROPOSTAS**

**7.1 – Envio das Propostas.** As propostas deverão ser protocoladas ou enviadas por via postal à Fundação Banco do Brasil, em envelope único, devidamente lacrado e rubricado, no prazo estipulado no item 9.1 deste Termo de Referência, contendo a seguinte identificação:

***Destinatário:***

Fundação Banco do Brasil

Diretoria de Trabalho e Renda

**TERMO DE REFERÊNCIA - CATADORES**

S.C.N. Quadra 01, Bloco A, Edifício Number One, 10º Andar

CEP 70711-900 - Brasília (DF) – Brasil

***Remetente:***

Instituição:

Endereço:

Complemento:

CEP:

Cidade:

Bairro:

UF:

**7.2 – Documentação Complementar.** Além do Modelo de Proposta da Fundação Banco do Brasil (Anexo II), o envelope deverá conter:

- a) Portfólio da Entidade;
- b) Documentos comprobatórios da qualificação técnica, capacidade operacional e experiência acumulada no objeto do presente Termo de Referência, e que a instituições cumpre com as exigências nele estabelecidas;
- c) No envelope também deverão ser apresentados os insumos documentais que permitam uma melhor apreciação dos critérios de julgamento das propostas tais como: declarações, certificados, relatórios, dentre outros que permitam comprovar a veracidade das informações prestadas e;
- d) CD-ROM com cópia digital das propostas.

**7.3** – Após o prazo limite para apresentação das propostas estipulado no item 9.1 deste Termo de Referência, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pelo Comitê Técnico Executivo do Convênio MTE/SENAES nº 003/2007 - FBB.

## **8. HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS**

**8.1 – Habilitação.** Esta etapa é eliminatória e consiste no exame formal da proposta segundo os requisitos obrigatórios definidos neste Termo de Referência, conforme segue:

- a) Verificação do atendimento dos critérios de elegibilidade da instituição proponente, conforme as exigências estabelecidas no item 3 deste Termo de Referência;
- b) Verificação do envio da documentação prevista no item 7.2 deste Termo de Referência; e
- c) Verificação da adequação da proposta aos objetivos e características do presente Termo de Referência, conforme estabelecidos nos Itens 1 e 4, respectivamente.

**8.2 – Avaliação de Mérito.** Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, o Comitê Técnico Executivo instituído no âmbito do Convênio 03/2007 MTE/SENAES-FBB, composto por analistas do MTE/SENAES e da FBB, analisará o mérito das propostas pré-qualificadas.

- a) Na análise de mérito o Plano de Trabalho será analisado quanto à sua viabilidade e adequação aos objetivos do programa;
- b) Será avaliada a qualificação técnica e a capacidade operacional da proponente para execução do objeto e gestão do instrumento de contrato, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade repassador de recursos.

- c) Além da plena observância dos pressupostos estabelecidos neste Termo de Referência, as propostas serão analisadas e classificadas por pontos obtidos, conforme os critérios descritos nas tabelas abaixo.

**P1 – Critérios de Avaliação da qualificação técnica, da experiência institucional e da capacidade operacional da proponente:**

<b>Item solicitado</b>	<b>Pontos</b>	<b>Peso</b>
a. Histórico e experiência acumulada na execução de atividades formativas ou de educação popular, preferencialmente se já apresentar atuação com formação em economia solidária	0 a 3 (um ponto por comprovação)	3
b. Histórico e experiência acumulada em assessoria técnica a (ou incubação de) empreendimentos econômicos solidários	0 a 3 (um ponto por comprovação)	3
c. Experiência acumulada de, no mínimo, 3 (três) anos de atuação com Economia Solidária ou com o público catador de material reciclado	0 a 3 (um ponto por comprovação)	2
d. Produção documental e bibliográfica relativas a sistematização de processos formativos (conteúdos e metodologias) desenvolvidos pela instituição	0 a 3 (um ponto por comprovação)	2
e. Experiência acumulada na elaboração e gestão de projetos e convênios	0 a 3 (um ponto por comprovação)	3
f. Relações institucionais com as organizações reconhecidas dos catadores de materiais recicláveis, comprovadas por meio de declaração	0 a 3 (um ponto por comprovação)	2
g. Capilaridade institucional (áreas e abrangência de atuação) considerando os estados e regiões abrangidas pelas ações de formação e assistência técnica	0 a 3 pontos	1
h. Infraestrutura disponível (espaço físico e equipamentos)	0 a 3 pontos	2
i. Qualificação da Equipe Institucional	0 a 3 pontos	2
<b>Pontuação Máxima</b>		<b>60</b>

**P2 – Critérios de avaliação da estrutura técnica e metodológica da proposta:**

<b>Item solicitado</b>	<b>Pontos</b>	<b>Peso</b>
a. Aderência da propostas aos objetivos e diretrizes do Termo de Referência e Especificações Complementares	0 a 3 pontos	3
b. Proposta metodológica para o desenvolvimento das ações de formação e assistência técnica para os empreendimentos econômicos solidários dos catadores de materiais recicláveis	0 a 3 pontos	3
c. Proposta de percurso formativo e orientação curriculares para as atividades formativas	0 a 3 pontos	2
d. Aderência e adequação da proposta orçamentária para execução das ações	0 a 3 pontos	2
<b>Pontuação Máxima</b>		<b>30</b>

- d) A obtenção da pontuação em **P1**, acima referida nos itens “a” até o “f”, está condicionada à comprovação documental de todos os itens a serem analisados, que

deverá ser remetida pela entidade proponente junto com o Plano de Trabalho, através de: declarações; certificados; relatórios; publicações ou outros que forem julgados pertinentes.

- e) A obtenção da pontuação em **P1**, acima referida no item “g” (capilaridade institucional), está condicionada à comprovação de atuação institucional da proponente na respectiva UF, considerando o número de microregiões, territórios e municípios onde atua.
- f) A obtenção da pontuação em **P1**, acima referida no item “h” (infraestrutura disponível), está condicionada à comprovação de disponibilidade da instituição de espaço físico e equipamentos que deverão ser relacionados no plano de trabalho.
- g) A obtenção da pontuação em **P1**, acima referida no item “i” (qualificação da equipe técnica), está condicionada à comprovação, por meio de currículos de vida da equipe da instituição proponente, sendo considerados os critérios de grau de escolaridade, de formação específica e de experiência acumulada na área do objeto do presente Termo de Referência.
- h) Ressalvadas as hipóteses onde no próprio item estão discriminados os critérios de pontuação, a atribuição da pontuação de 0 a 3 pontos em **P2** corresponderá:
  - i. 0 pontos – Informações inexistentes ou insuficientes, ou não adequadas para o entendimento do item solicitado, ou ainda atividades propostas não factíveis;
  - ii. 1 ponto – Informações suficientes para o entendimento do item solicitado, entretanto apresentadas de forma pouca clara ou inadequada;
  - iii. 2 pontos – Informações suficientes para o entendimento do item solicitado, apresentadas de forma clara e adequada, porém com erros relativos a informações do item; e
  - iv. 3 pontos – Informações suficientes e claras para o entendimento do item proposto, apresentadas de formada organizada e com informações completas e corretas.

**8.5 - Pontuação Final – PF:** a pontuação final será dada pelo somatório obtido em cada uma das tabelas anteriores ( $PF = P1 + P2$ ). A proposta que obtiver pontuação final menor que 45 (quarenta e cinco) pontos será desclassificada.

**8.6 - Critérios de desempate:** maior pontuação obtida na tabela P1.

**8.7 – Ordem de classificação:** as propostas selecionadas serão classificadas em ordem decrescente.

**8.8 –** Nos termos do Artigo 22, §1º da Portaria Interministerial nº 127/08, após a análise técnica do projeto, poderá ser comunicada ao conveniente qualquer irregularidade ou

imprecisão no Plano de Trabalho, que deverá ser sanada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de desistência no prosseguimento do processo.

## **9. PRAZOS**

### **9.1 – Prazos do processo de seleção das propostas:**

Lançamento do Termo de Referência	<b>15/09/2010</b>
Data final para envio da proposta e documentação complementar	<b>08/10/2010</b>
Divulgação dos Resultados	<b>13/10/2010</b>
Prazo para interposição de eventual recurso voluntário, no caso de irressignação por parte dos proponentes em relação ao resultado da seleção.	<b>18/10/2010</b>
Prazo para impugnação dos recursos interpostos	<b>22/10/2010</b>
Publicação do resultado final	<b>22/10/2010</b>

**9.1.1** – O prazo para a interposição de recurso é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da divulgação do resultado na página do sítio oficial da FBB;

**9.1.2** - Os recursos apenas poderão ser propostos em meio físico e deverão ser entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente e encaminhados para a Comissão de Seleção do presente Termo de Referência, no seguinte endereço:

**FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**  
Gerência de Trabalho e Renda  
**TERMO DE REFERÊNCIA - CATADORES**  
S.C.N. Quadra 01, Bloco A, Edifício Number One, 10º Andar  
CEP 70711-900 - Brasília (DF) – Brasil

**9.1.3** – Não será aceito recurso via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

**9.1.4** – O prazo para impugnação dos recursos interpostos é de 05 (cinco) dias úteis;

**9.2 – Prazo de Validade:** o presente Termo de Referência terá validade de 12 meses.

**9.3 – Divulgação dos Resultados:** os resultados finais serão divulgados na página da Fundação Banco do Brasil ([www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br)) e do Ministério do Trabalho e Emprego ([www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)) e informado através de carta às instituições selecionadas.

## **10 – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO OU CONVÊNIO**

As condições para a celebração do contrato ou convênio e liberação dos recursos são definidas pela Fundação Banco do Brasil e aprovadas pela SENAES/MTE, conforme o “Manual de Orientações às Entidades Proponentes – Convênio nº 03/2007 MTE/SENAES-FBB” em Anexo III.

## **11 – DAS SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO.**

- a) O inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas pela CONTRATADA ou, ainda, a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado pela CONTRATADA, constituem motivos para a rescisão do contrato ou convênio que vier a ser celebrado com a Fundação Banco do Brasil.
- b) Além dos motivos elencados no item “a”, o contrato ou convênio poderá ser rescindido pelos Partícipes, observado, ainda, no que couberem, as disposições da Lei. nº. 8.666/1993.
- c) O contrato ou convênio que vier a ser celebrado poderá ser denunciado a qualquer tempo pelos partícipes, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o Contrato OU Convênio.
- d) Quando da conclusão, denúncia ou rescisão do contrato ou convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos à Fundação Banco do Brasil.

## **12 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1 – Publicação do Termo de Referência.** Este Termo de Referência e seus Anexos serão divulgados na primeira página do sítio oficial da Fundação Banco do Brasil e do MTE.

**12.2 - Acompanhamento e Avaliação.** O acompanhamento técnico e financeiro dos projetos apoiados será realizado pela Fundação Banco do Brasil e pelo Comitê Técnico Executivo do Convênio nº 03/2007 MTE/SENAES - FBB, podendo ser complementado com visitas de acompanhamento, reuniões técnicas ou outros mecanismos, a critério da SENAES/MTE.

**12.3 – Revogação ou Anulação do Termo de Referência.** A qualquer tempo, o presente Termo de Referência poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**12.4 – Casos Omissos.** O Comitê Técnico Executivo, estabelecido no âmbito do Convênio MTE/SENAES nº 003/2007 – FBB, reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Termo de Referência.

**12.5 – Relação de Anexos.** Constituem anexos do Termo de Referência, dele fazendo parte

integrante:

Anexo I – Especificações Complementares

Anexo II – Modelo de Proposta da Fundação Banco do Brasil

**13.6** - Esclarecimentos acerca do conteúdo deste Termo de Referência poderão ser obtidos por e-mail – [fundacaobancodobrasil@fbb.org.br](mailto:fundacaobancodobrasil@fbb.org.br) ou pelos telefones (61) 3104-4835 / 4841.

Brasília, 13 de setembro 2010

**Jorge Streit**

Presidente da Fundação Banco do Brasil